

**CADERNOS DA PROFESSORA CARLOTA JOSEFINA
DOS REIS BOTO: a prática pedagógica em ação**

Francisco de Oliveira Filho¹

RESUMO

Esse texto tem por objetivo analisar dois cadernos escolares da professora Carlota Josefina dos Reis Boto e localizar tais materiais temporal e pedagogicamente, procurando encontrar nos mesmos vestígios de vagas pedagógicas e verificar se eles atendem ao Programa da Escola Primária do Estado de São Paulo, 1969. Tem suporte teórico do historiador Roger Chartier com o conceito de apropriação; de Antoine Prost com o conceito de História; de André Chervel, com o conceito de disciplinas escolares. Foi possível verificar que os cadernos atendem ao Programa citado e situam-se na vaga pedagógica estruturalista, sem, contudo, fecharem-se dentro da mesma. O texto gravitará em torno da seguinte questão: como se localizam os cadernos analisados da professora Boto, em relação às vagas pedagógicas?

Palavras-chave: Caderno escolar. Aritmética. Prática pedagógica.

INTRODUÇÃO:

O que dizem os cadernos da professora Carlota Josefina dos Reis Boto? Que informações eles trazem para que seja possível a escrita de um texto que traduza o que neles está contido, e nos mostre quais práticas pedagógicas ocorreram durante o ensino primário da tão jovem aluna? O que intentamos fazer é escrever um texto histórico que nos traga informações contidas em tais cadernos. Prost (2008), quando questionado sobre o porquê de não existir História sem crítica, assim se posicionou: “por referir-se ao passado, a história é, por isso mesmo, conhecimento através de vestígios” (p.64). Fala-nos também do espírito crítico do historiador. Tal espírito crítico é de fundamental importância na escrita da história. É ele que irá dar vida e movimento aos cadernos empoeirados, por sorte guardados pela professora Boto. Tal material será transformado em fontes de pesquisa, pelas questões que iremos dirigir aos mesmos. Para Prost, “não existem fatos, nem história, sem um questionamento; neste caso, na construção da história, as questões ocupam uma

¹ Prof. Dr. UNICID - SP
E-mail:fofilho2004@yahoo.com.br.

posição decisiva” (p.75). Assim, por si só, os cadernos nada dizem ou nada dirão, se não forem devidamente inquiridos e/ou questionados. As respostas aos nossos questionamentos originarão os fatos históricos, que tornarão possível o nosso texto. Via de regra tais materiais são descartados, perdidos. Imaginar que alguém possa guardar durante tanto tempo é algo difícil; por isso, a importância desse material. Ele poderá nos mostrar, de certa maneira, movimentos pedagógicos e revelar as práticas da professora, mostrando-nos o que realmente ocorria em sala de aula, num confronto entre as finalidades de objetivo e as finalidades reais, o que será discutido mais a frente. Percorreremos o Programa para a Escola Primária de 1969, as orientações contidas no mesmo e iremos aos cadernos, tentando “ver” as orientações do Programa nas atividades contidas nos cadernos. A primeira questão que se abre: quem é a professora Carlota Josefina dos Reis Boto?

A PROFESSORA CARLOTA JOSEFINA DOS REIS BOTO²

A professora Carlota Josefina dos Reis Boto é livre-docente em Filosofia da Educação pela FEUSP (2011), mestre em História e Filosofia da Educação pela FEUSP (1990) e doutora em História Social pela FFLCH/USP (1997). Iniciou sua carreira no magistério primário em 1981, no Colégio São Norberto em São Paulo, permanecendo até 1982. Entre 1983 e 1986 trabalhou como professora na Escola Morumbi. Entre 1983 e 1986 desempenhou a função de Assessora da Coordenação Técnica, contratada como Professor III na Escola de Aplicação da USP. Entre 2000 e 2001, foi diretora da Faculdade de Filosofia, Letras e Educação (FFLE) do Mackenzie. Desde 2002 leciona na área da Filosofia da Educação na FEUSP.

O PROGRAMA DA ESCOLA PRIMÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, NÍVEIS I E II, DE 1969³

Nossa intenção nessa parte do texto é conhecermos um pouco a estrutura do Programa, mostrando as partes mais importantes e/ou a espinha dorsal do mesmo. Valente et all (2014), quando se referiu aos Programas para o Ensino Primário, assim pontuou: “Esses textos oficiais, dentre outras coisas, condensam pedagogias e conteúdos de ensino” (p.192). Podemos pensar então, qual a Pedagogia existente no bojo desse Programa que ora analisamos? Na leitura da obra “A aritmética nos primeiros anos escolares”, o texto de

² Disponível em: <http://www.bv.fapesp.br/pt/pesquisador/31439/carlota-josefina-malta-cardozo-dos-reis-boto/>. Acesso em 15/01/2017.

³ Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/104788>. Acesso em 15/01/2017.

Valente, separa o ensino de aritmética em etapas pedagógicas, o que ele chama de “vagas pedagógicas”. Interessante a designação de “vagas”, porque na verdade o termo foi muito bem utilizado. Essas mudanças pedagógicas vêm mesmo em forma de “vagas”, correntes de pensamento e ação que alteram a prática pedagógica, a maneira, a forma de trabalho, dos diversos atores no interior da Escola; mais tecnicamente falando, os processos didáticos-pedagógicos. Valente (2016) vai nos dizer que, de início, na pedagogia tradicional, a questão era “ensinar aritmética ao estudante”. A criança era concebida como um adulto em miniatura. Relativamente ao ensino da aritmética, a questão era a de “fazer a criança caminhar os primeiros passos já percorridos pelo adulto” (p.13). Relativamente aos exercícios, “sempre iguais, com processos idênticos, não apresentam dificuldades” (p.14). Por fim, vai nos dizer que “...é portanto, seguir percurso consagrado secularmente: apresentar definições iniciais, formular pequenos questionários que envolvam estas definições, exemplificar operações com um dado exercício, formular exercícios semelhantes...” (p.15). Na seqüência, outra vaga se aproxima, agora a pedagogia intuitiva, isso a partir da década de 1880. Trata-se agora de “ensinar ativamente a aritmética ao aluno”(p.15).O estudante passa a ser aluno; há um abandono da memorização; “cabe ao professor ensinar ativamente a aritmética nos primeiros anos escolares. O ensino ativo do professor, considerando os processos intuitivos, tem por grande desafio desbancar a herança da memorização” (p.17). A atividade é comandada e regida pelo professor. A próxima vaga irá trazer uma pedagogia que muda o foco da atividade. Trata-se agora de “ensinar aritmética ao aluno ativo” (p.19). Segundo Valente: “emerge um novo modo de pensar o papel do professor no processo educativo: a criança deve continuar a ser o centro do ensino” (p.20). É a Escola Ativa em ação. Relativamente a prática pedagógica, “...os problemas devem emergir de situações vividas pelas crianças” (p.23). A próxima vaga registrada por Valente irá trazer o ensino para a revolução tecnológica, com a álgebra antes da aritmética. Os tempos são os do *estruturalismo*, cujas características mais marcantes são a relevância do simbolismo sobre as entidades simbolizadas; a estrutura oculta sendo mais importantes que aquilo que está evidente; “...o estruturalismo como tratamento das relações entre as partes e o todo; a totalidade como prioridade lógica sobre as partes ...”(p.25). O que essa vaga vai trazer? Aritmeticamente falando, relativamente ao Sistema de Numeração Decimal, “caracterizar número natural a partir das noções de conjunto”(p.28).

Diferentemente das outras vagas, a questão é o ensino dos rudimentos da Teoria dos Conjuntos, o ensino das relações entre conjuntos; “o ensino das relações indica álgebra precedendo a aritmética” (p.33). Face ao contexto temporal dos documentos que estamos analisando, os cadernos e o programa datam de 1969; portanto podemos encaixá-los dentro da vaga estruturalista, acima descrita. Entretanto, vale a pena ressaltar que, a nosso ver, tais vagas não são movimentos estanques, presos a prazos e datas. As fases pedagógicas, mesmo diante de uma modificação vinda de outra, permanecem nas práticas pedagógicas durante anos e acabam por se entrecruzar. O Programa irá trazer logo em seu primeiro item, a questão dos Conjuntos.

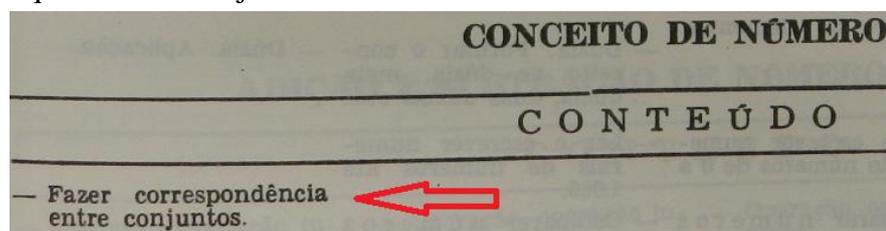


Fig. 1 – SÃO PAULO, 1969, p.21.

Essa informação corrobora a fala de Valente: “A aritmética que sempre iniciava a matemática nos primeiros anos escolares dá lugar às relações, relações entre conjuntos, em síntese: a matemática dos primeiros anos escolares deverá iniciar-se não mais pela aritmética, mas pela álgebra” (p.33). Vamos partir agora para uma breve análise do Programa.

O Programa que passaremos a analisar faz parte do acervo digital do Repositório da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O Programa consta de 2(duas) partes, sendo a Parte I composta de Introdução, Nível I, Nível II e Atividades Agrícolas e Pastorais. A Parte II é composta de Plano de Educação de São Paulo (documento preliminar), Reorganização do Currículo e dos Programas do Ensino Primário do Estado de São Paulo, Objetivos Gerais do Ensino Primário, Programas 1949/1968 (algumas comparações), Reflexões (Alfa) sobre o novo programa da Escola Primária, Reformulação do Ensino Primário – Reformulação do Livro Escolar, Relatório da Chefia do Ensino Primário (1967), Relatório da Chefia do Ensino Primário (1968).

Na Parte I é apresentado o “espírito” do Plano, sendo apoiado por 4(quatro) itens que podemos assim colocar: no item 1, assumem que a rede carece de providências profundas

de caráter quantitativo e qualitativo e o novo programa, por si só, não dará conta de tamanhas demandas; no item 2 afirma que se busca uma escola primária “comum”, identificada com os ideais do Povo e da Nação; no item 3, as questões que nortearam a filosofia do Programa: “que deve a criança aprender? o que pode a criança aprender? e quando? para quê?” (p.6) ; no item 4 relatam que o currículo e programa constituem “medidas para um mínimo de escolaridade, a qual assegura comunidade nacional e oportunidade para o progresso mediato ou imediato, de acordo com aptidões pessoais, condições do meio e da escola” (p.6)

No que se refere ao Conceito de Educação Primária, o texto se refere a duas exigências, expansão do atendimento e melhoria qualitativa que precisam ser enfrentadas de maneira concomitante; abordagem conjunta e integrada. Relativamente a melhoria qualitativa o documento se refere a “um esforço mais amplo que abranja todas as dimensões do processo educativo’ (p.7).

Um outro ponto que podemos destacar no texto é sobre o sentido que quis se dar ao programa, assim pontuado:

Daí a orientação seguida na elaboração do atual Programa. Singelo, simples balizamento de um trabalho que tomará a sua feição definitiva na própria sala de aula. Fugindo às especificações minuciosas, não se pretende apenas que ele seja simples. Mas que essa simplicidade seja uma condição de diferenciação e de complementação, que se fará levando em conta as características peculiares a cada comunidade em que a escola viva (p.8)

Um outro trecho que corrobora com o sentido do programa que também destacamos:

Dessa forma, o presente Programa – uma idéia que se oferece à reflexão e à experimentação dos educadores paulistas – é sobretudo a renúncia de uma ilusão. A ilusão de que uma metodologia, prolixamente explicada e uniformemente implantada, criará condições, por si só, de uma efetiva renovação do Ensino Primário (p.8).

Relativamente aos objetivos do ensino primário, o texto assim pontua: “A Escola Primária tem por finalidade soberana: ensinar a criança a pensar. Pensar é criar. Há um mundo físico para ser identificado; uma sociedade e uma Pátria para delas participarmos responsavelmente; *uma sensibilidade para ser afluída, apurada e enriquecida*” (grifo nosso) (p.9). Aqui cabe perguntar: essa frase a qual grifamos não nos remete ao ensino intuitivo? Não estaria aqui um entrecruzamento entre as vagas pedagógicas?

No que se refere ao item “Interpretação do Programa”, o mesmo discorre e declara que o programa quer ser singelo, “sem disciplinas e conteúdos exaustivos e repetidos que perturbam o fundamental” (p.10). Foca no que se entende por mínimo e básico, e preocupa-se com uma “escolaridade primária que deve ser comum ao país inteiro” (p.10). O Ensino primário é ministrado em 4(quatro) anos, sendo em dois níveis; o Nível I (primeira e segunda séries) com 2(dois) anos letivos e o Nível II (terceira e quarta séries), também com 2(dois) anos letivos.

Relativamente ao ensino no Nível I, o mesmo se caracteriza “por seu aspecto prático – sem “pontos” que devam ser “dados” “(p.10). A Língua Pátria é, segundo o programa, “razão de ser do Nível I” (eixo do nível I), onde são contemplados os seguintes itens: aquisição do mecanismo de leitura, entendimento de textos, falar, ler e escrever como prática diária, expressão oral (conversar, expor), e escrita (compor).

Para o Nível II, o objetivo é o “ensino sistemático, já beirando o aspecto normativo” (p.10), contemplando os seguintes itens: Língua Pátria, Matemática, Estudos Sociais, Ciências, Saúde, Educação Física e Iniciação Artística.

Na finalização diz que o Programa afasta-se de qualquer compromisso metodológico, sugerindo o que deve ser ministrado, não estabelecendo metas quantitativas finais, “mas cala-se quanto ao “como” ensinar, sendo que a Escola é “criadora de condições; é compreensiva – é estimuladora – valoriza e orienta – sem fórmulas permanentes e pronunciamentos definitivos” (p.11).

Relativamente aos conteúdos do Nível I, chamado de Período Preparatório, mais especificamente, Matemática, no item Conceitos, o Programa diz que o ensino de matemática na escola primária tem por objeto

[...] o estabelecimento de relações numéricas e espaciais, compreensão das operações com números e fatos geométricos. Os vários conteúdos, tratados dentro de nova estruturação, permitem o desenvolvimento da compreensão e da criatividade, encorajam a descoberta de ideais e generalizações. (p.16).

O Programa ainda dá “instruções” para o entendimento de como o mesmo foi elaborado e como “compreender” a estrutura do Programa. Seguindo pela coluna (vertical), tem-se a sequência dos conteúdos a serem trabalhados; pela linha (horizontal), a profundidade a ser atingida.

O ensino no Nível I terá início com o Sistema de Numeração Decimal, sendo introduzidos os conceitos de Adição, Subtração, Multiplicação e Divisão, quando o professor notar condições de novas assimilações. Tais itens devem ser abordados de forma simultânea, se possível, mas o professor só poderá avançar à segunda coluna, uma vez esgotados os conteúdos da primeira (p.17). Os itens Medidas, Geometria e Fração deverão ser desenvolvidos simultaneamente, de acordo com o bom senso do professor, sendo distribuídos por todo o Nível I. Dependendo do desenvolvimento da classe, a “*matéria*”² das duas primeiras colunas será objeto de estudo do primeiro ano escolar, exceto relativamente aos itens Medidas, Geometria e Frações cabendo uma a cada ano escolar” (p.17). O item Multiplicação e Divisão, distribuídos em três colunas, onde a primeira se destina ao primeiro ano escolar e a segunda e terceiras, ao segundo ano escolar.

CADERNO DO 1º ANO, VOLUME 2, 1969, DA PROFESSORA CARLOTA BOTO⁴

Os cadernos são fontes de muita importância para a História da Educação Matemática, na medida em que podem retratar a prática do professor em sala de aula, refletir apropriações⁴ do professor em relação ao que era prescrito no Programa.

Aqui, nesse ponto, julgamos interessante discutirmos o que o historiador André Chervel chama de “finalidades reais” e “finalidades de objetivo”, uma vez que o que podemos visualizar no caderno pode, não necessariamente, retratar o que está no Programa ou nos textos oficiais de uma Reforma Educacional ou Programa. Chervel nos diz que

O estudo das finalidades não pode, pois, de forma alguma, abstrair dos ensinos reais. Deve ser conduzido simultaneamente sobre os dois planos, e utilizar uma dupla documentação, a dos objetivos fixados e a da realidade pedagógica (CHERVEL, 1990, p.191).

Os objetivos fixados estão, nos Programas e os ensinos reais, no caso, nos cadernos. Nessa questão é importante discutirmos sobre as finalidades do ensino. Para Chervel (1990), essa é a primeira documentação que se abre para o historiador das disciplinas escolares: “série de textos oficiais programáticos, discursos ministeriais, leis, ordens, decretos, acordos, instruções, circulares, fixando os planos de estudos, os programas, os métodos, os exercícios” (p.189). Os documentos oficiais estampam as finalidades de objetivo do ensino. As práticas escolares, as finalidades reais.

⁴ Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/163480>. Acesso em 15/01/2017.

XV Seminário Temático

Cadernos escolares de alunos e professores e a história da educação matemática, 1890-1990

Pelotas – Rio Grande do Sul, 29 de abril a 01 de maio de 2017

Universidade Federal de Pelotas

ISSN: 2357-9889

O caderno, ora em análise estampa em sua capa os seguinte dizeres em uma etiqueta: “Doméstico I, Carlota Josefina dos Reis Boto, 1º Ano”. Na contracapa a frase “começo”. O que podemos entender como “Doméstico”? Podemos inferir que esse “Doméstico” se refere a um caderno em que o aluno “passe a limpo” o que foi trabalhado em sala de aula, ou que fosse aquele caderno em que o aluno executasse as lições em casa.

Não temos condições de discorrer sobre a materialidade do caderno, uma vez que não o vimos fisicamente. O que pretendemos aqui é fazer uma análise do que chamaremos de estrutura interna do caderno, procurando, de certa maneira, confrontar as informações do mesmo com as prescrições do Programa já discutido e ver como os conteúdos presentes no Programa são apresentados no caderno. Tais informações podem nos dar pistas sobre as práticas de ensino. Relativamente a tais práticas, cabe aqui lembrarmos que, via de regra, temos mais acesso aos textos regulares, às legislações, aos projetos pedagógicos; o acesso ao “mundo real” da escola é difícil e cheio de obstáculos. Para Julia, “A história das práticas culturais é, com efeito, a mais difícil de se reconstruir, porque ela não deixa traço: o que é evidente tem um dado momento tem necessidade de ser dito ou escrito?” (JULIA, 2001, p.15).

Logo na primeira página do referido caderno aparece um cabeçalho com os seguintes dizeres: “Externato “Nossa Senhora de Lourdes”. São Paulo, 19 de setembro de 1969. Carlota Joaquina dos Reis Boto, 1º Ano”. A data corrobora, a nosso ver, com a descrição do caderno; ele é volume 2, podemos imaginar que o caderno doméstico volume 1, acompanhou a aluna até o dia 18 de setembro e essa data do dia 19 de setembro, corresponde à 1ª atividade do caderno 2.

Como primeira atividade, o título “Contas”. Exercícios de adição, subtração e divisão de números naturais envolvendo dados financeiros ou não.

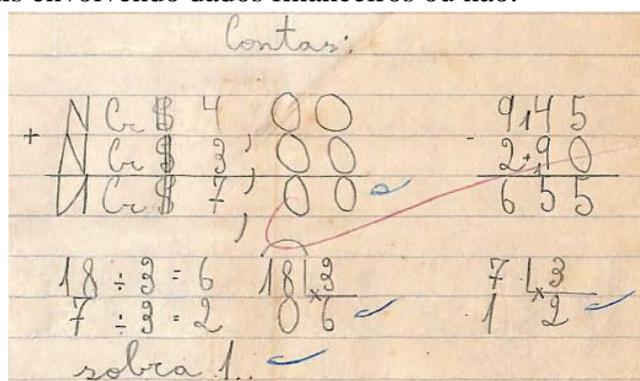


Fig. 2. BOTO, 1969.

Uma adição envolvendo dados financeiros de pequena monta e uma subtração com números maiores que 100 e menores que 1000. Uma divisão exata e uma divisão com resto (sobra 1).

No programa as orientações relativas à adição e subtração o item Objetivo assim se coloca:

II — ADIÇÃO E SUBTRAÇÃO DE NÚMEROS NATURAIS

OBJETIVOS

Visa-se neste item criar condições:

- à compreensão da adição como uma forma de reunir;
- à compreensão da subtração como modo de separar, completar e comparar;
- à identificação da subtração como operação inversa da adição;
- à identificação de situações de reunir, de separar, completar, comparar e associá-las a sentenças matemáticas;
- à compreensão do significado dos termos destas operações;
- à compreensão e aplicação das propriedades: comutativa e associativa da adição;
- à prática da estimativa;
- ao domínio das técnicas operatórias.

Fig. 3. SÃO PAULO, 1969, p. 20.

As operações citadas acima e apresentadas na imagem atendem, sim, às condições apresentadas na imagem do item do Programa.

Relativamente ao item conteúdos no Programa, podemos observar relativamente à subtração na quarta coluna o seguinte: “Subtração (1º termo número menor que 1.000). Técnica operatória. Com reserva. Sem reserva.”(p.21). Cabe lembrar que pela maneira de elaboração do Programa, em relação à disposição dos conteúdos assim pontuamos: “Seguindo pela coluna (vertical), tem-se a sequência dos conteúdos a serem trabalhados; pela linha (horizontal), a profundidade a ser atingida.”

Logo abaixo, no caderno podemos observar um outro exercício assim colocado:

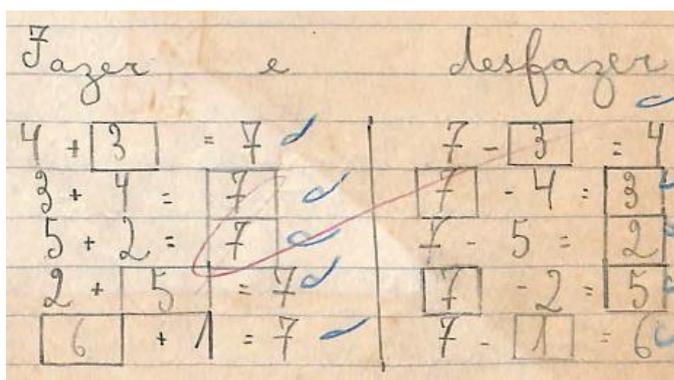


Fig. 4. BOTO, 1969.

Nessa atividade acima descrita (Fazer e desfazer), podemos observar sua aplicação nos objetivos do Programa: “A identificação da subtração como operação inversa da adição”.

No programa as orientações relativas à multiplicação e divisão, o item Objetivo, assim se coloca:

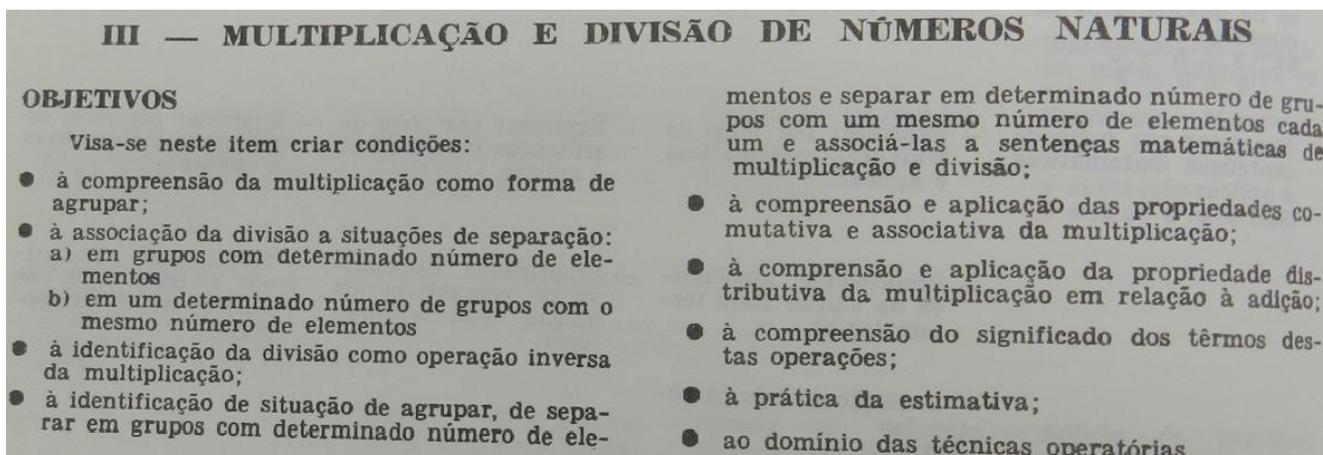


Fig. 5. SÃO PAULO, 1969, p.23

O exercício de divisão (exata e com sobra) apresentado na figura, atende ao item “domínio das técnicas operatórias”.

Na página seguinte nos deparamos com um problema:

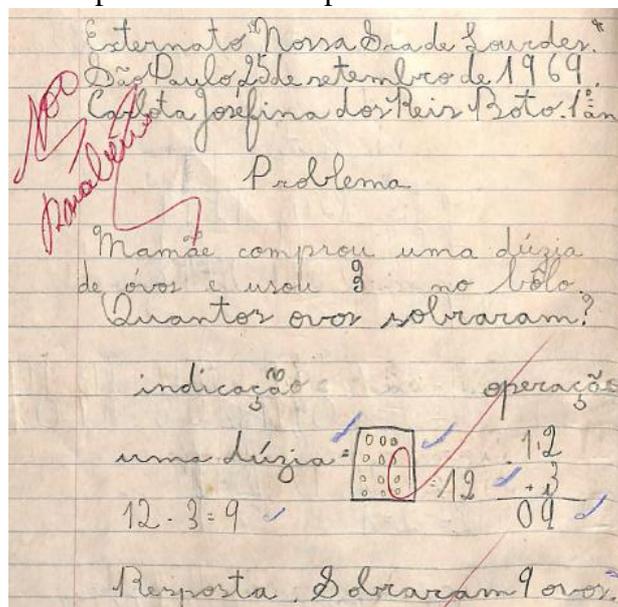


Fig. 6. BOTO, 1969.

XV Seminário Temático

Cadernos escolares de alunos e professores e a história da educação matemática, 1890-1990

Pelotas – Rio Grande do Sul, 29 de abril a 01 de maio de 2017

Universidade Federal de Pelotas

ISSN: 2357-9889

Podemos, agora imaginar que esse problema se constituiu em uma tarefa para casa e foi corrigido pela professora na aula seguinte.

No Programa, relativamente aos conteúdos Adição e Subtração de Números Naturais, relativamente a seus Objetivos ele pode ser contemplado no item “à identificação de situações de reunir, de separar, de completar, comparar e associá-las a sentenças matemáticas” (1969, p.20).

Nos conteúdos do Programa para a Adição e Subtração de Números Naturais, encontramos os Problemas:

— Problemas que possam ser resolvidos por: • adição • subtração	— Problemas que possam ser resolvidos por: • adição • subtração	— Problemas que possam ser resolvidos por: • adição • subtração	— Problemas que possam ser resolvidos por: • adição • subtração • adição e subtração
---	---	---	---

Fig. 7 SÃO PAULO, 1969, p.23

Podemos observar que esse atinge os 4 níveis de profundidade e esse nível, a nosso ver, dependerá do enfoque a ser dado no problema.

Na página seguinte outra atividade envolvendo, a nosso ver, os conceitos de números naturais e múltiplos:

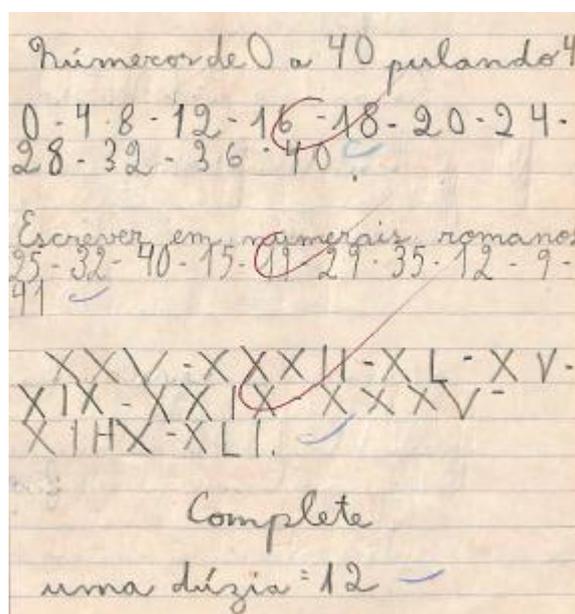


Fig. 8. BOTO, 1969

A atividade acima, onde os alunos colocam os números de 0 a 40, “pulando 4”, lembra-nos a tabuada, e também a questão dos múltiplos de 4. Entretanto, quando vamos ao Programa não encontramos o conceito de Múltiplo no Programa. O que vemos para “Conceito de Número” no Programa, são os itens “ordenar quantidades” e “agrupar uma mesma quantidade de diferentes maneiras”, mas que também não atendem de maneira adequada a atividade.

Relativamente a atividade envolvendo o Sistema de Numeração Romano, não vimos nos objetivos e também nos conteúdos do item Sistema de Numeração Decimal, algo que contemplasse tal atividade.

CADERNO DE RASCUNHO II DA PROFESSORA CARLOTA JOSEFINA BOTO, 1969⁵

Estamos entendendo como “caderno de rascunho” aquele que o aluno leva na Escola, copia rapidamente as atividades e exercícios. O que ele nos dirá? Notaremos diferença na abordagens dos assuntos, conteúdos, exercícios? Separamos alguns exercícios e atividades do referido caderno:

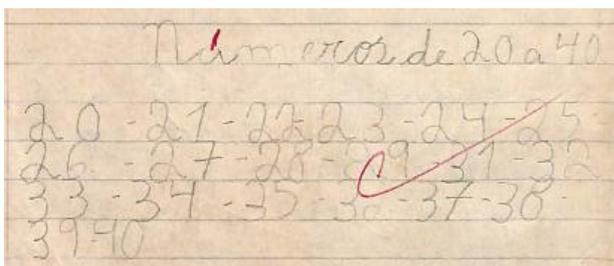


Fig. 9. BOTO, 1969

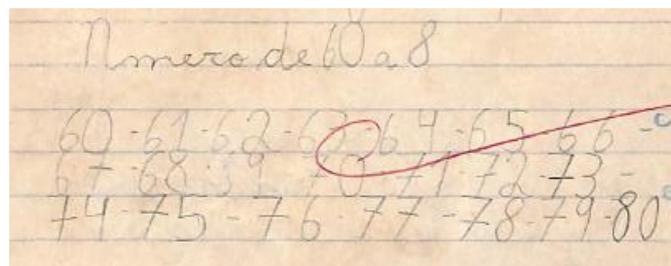


Fig. 10. BOTO, 1969.

Podemos observar que se tratam de atividades ligadas ao item I do Programa – Sistema de Numeração Decimal, onde os alunos ordenam os números. Relativamente aos objetivos, são atendidos no item “à compreensão de que cada número contém uma unidade a mais do que o antecedente (exceção feita ao zero)”. Relativamente aos conteúdos propriamente ditos, podem ser enquadrados em “ordenar quantidades” e “ler e escrever numerais de números de 0 a 100”.

⁵ Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/163483>. Acesso em 15/01/2017.

Essa breve exposição do caderno de rascunho, foi só para ver se encontrávamos diferenças entre o caderno de rascunho e o caderno doméstico, o que não aconteceu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso intento foi analisar os cadernos da professora Boto, tentando localizar nos mesmos dentro do Programa e dentro das tendências pedagógicas apresentadas. Foi possível verificar que os cadernos atendem ao Programa e que as finalidades reais se aproximam das finalidades de objetivo. O material ao que tudo indica situa-se dentro da vaga estruturalista, mas, como já relatamos ao longo do texto, essas vagas pedagogias se entrecruzam e não são estanques. Não foi possível perceber a questão dos conjuntos, uma vez que analisamos o caderno II e a teoria dos conjuntos deve ter sido trabalhada no caderno I, uma vez que é estudada logo no início. Um outro texto, com um olhar diferente poderá encontrar outros vestígios e explorar outras questões que não foram objeto deste.

REFERÊNCIAS

CHARTIER, R. O mundo como representação. Tradução de Andréa Daher e Zenir Campos Reis. *Estudos Avançados*, São Paulo: USP, 11(5), p. 173-191, 1991.

CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria & Educação*, Porto Alegre: Panonina, n. 2, 1990.

PROST, A. Doze lições sobre a história. 2008. Autêntica. SP.

SP. Programa da Escola Primária do Estado de São Paulo. 1960. Disponível em : <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/104788>. Acesso em 30 de janeiro de 2017.

VALENTE, W. R. et all. Os saberes elementares matemáticos e os Programas de Ensino, São Paulo (1894 – 1950). In: COSTA, D. A & VALENTE (organizadores). Saberes Matemático no curso primário: o que, como e por que ensinar? 2014. Editora Livraria da Física. São Paulo.

VALENTE, W.R. A aritmética na escola ontem. In: VALENTE, W. R. et all. A aritmética nos primeiros anos escolares: história e perspectivas atuais. 2016. Editora Livraria da Física. São Paulo.